

Governo tem estratégia

Discreta Externa

para evitar moratória

22 AGO 1989

BRASÍLIA — As reservas brasileiras já bateram em US\$ 7 bilhões, mas o número permanece, como sempre, trancado a sete chaves. Também muito bem guardada continua a estratégia traçada pelo governo para conseguir conciliar dois objetivos que o próprio ministro Mailson da Nóbrega admite serem "inconciliáveis": preservar as reservas cambiais e não entrar em conflito com a comunidade financeira internacional. Este mês de setembro é decisivo, mas, ao contrário do que se pensa, o governo ainda não decidiu pela moratória pura e simples. A ideia brasileira é menos simples do que parece.

Houve um tempo em que se pensava que o caminho escolhido seria fazer a moratória, mas não declará-la. Também este parece ser um plano fraco demais para dar certo, já que, a esta altura, o simples atraso no cumprimento dos compromissos internacionais é o suficiente para envenenar as relações com os bancos credores. E o governo definitivamente não quer isto. O ministro, ao analisar o assunto, acha que na herança que pretende deixar para o próximo governo está o diálogo fluido com os credores oficiais e privados.

Por isto a conta com o Clube de Paris já foi paga. Na semana passada o Banco Central enviou o último cent do total de US\$ 838 milhões atrasados aos bancos oficiais do Primeiro Mundo. Resta de pagamentos atrasados menos de US\$ 1 bilhão. Um dinheiro que à primeira vista parece alto mas, na verdade, é uma dívida pulverizada porque são remessas de dividendos, repatriações, juros de *suppliers credit* sem qualquer grande credor. Pelo menos é assim que a situação é explicada pelos assessores do Ministério da Fazenda quando se dispõem a falar sobre o assunto da possível moratória brasileira.

Aparentemente a estratégia do governo é pagar parte da dívida, mas não necessariamente quitar o *papagaio* de setembro que chega a US\$ 2,3 bilhões só com os bancos privados. "Pagaremos se ultrapassarmos o limite estabelecido por

nós mesmos para as reservas" afirma o ministro, sem dar qualquer esclarecimento sobre que nível seja este. Em outras conversas, no entanto, com empresários e trabalhadores, ele tem reafirmado a determinação de deixar de herança no cofre do Banco Central os exatos US\$ 7,5 bilhões que o governo Sarney encontrou nas reservas cambiais.

Discurso pronto — Mailson da Nóbrega tem na ponta da língua uma lista das vantagens do acordo que fez com os bancos credores no ano passado em relação aos anteriores, seja do início da chamada Nova República, seja nos governos militares. "Os prazos são mais longos, o *spread* menor, os juros menores, e houve um início de processo de redução de dívida com os *exit bonds*. Com esta lista de vantagens o ministro quer responder às críticas que vêm sendo feitas à negociação fechada durante sua gestão, mas não tenta encobrir o fato de que o serviço da dívida externa ainda é grande demais.

Só que no entendimento do ministro qualquer acordo mais ousado só será possível dentro de um plano de estabilização da economia que for aceito por toda a sociedade e for exequível. "Eu não posso chegar aos credores e dizer que o país estourou todas as metas, os projetos do Executivo foram derrubados pelo Congresso e ainda assim queremos uma redução da dívida" reage o ministro. Ele acha que algumas propostas que se fazem nesta área são demagógicas, próprias de candidatos, outras demonstram um profundo desconhecimento da realidade. "Somos um governo de transição" insiste. E dentro desta limitação, o ministro Mailson acha que lhe cabe preparar o terreno para uma negociação bem sucedida no próximo governo.

Um dos motivos desse avanço natural a ser dado no próximo governo é o Plano Brady. O ministro está determinando a convencer seus interlocutores de que, ao contrário do que se repete no país, o Brasil não está fora do plano. (M.L. e C.C.)